

O TURISMO COMO AGENTE INTEGRANTE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

Geismaely dos Santos Lima¹; Vanessa da Silva Vieira²

1. Bolsista FAPESB, Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: geismaelylima2@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: vsvuefs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Plano Plurianual, Turismo, Cachoeira.

INTRODUÇÃO

A cidade de Cachoeira, pertence ao Território de Identidade Recôncavo e está localizada há 110 km da capital do Estado da Bahia, as margens do rio Paraguaçu. Com a implantação do rodoviário e a reorganização de investimentos em torno do petróleo no Recôncavo, a economia de Cachoeira entra em decadência.

Para superar o processo de estagnação econômica a que foi submetida, foi estimulada, a partir das políticas governamentais, a sobrepujar a inércia socioeconômica através de investimentos destinados ao setor turístico. Sendo assim, na atualidade, caracteriza-se enquanto cidade de pequeno porte, receptora da atividade turística, uma vez que o espaço urbano e seus aspectos culturais são usados para o desenvolvimento de tais atividades.

Compreender se a recuperação do dinamismo socioeconômico via atividade turística, será possível, torna-se uma problemática, uma vez que a população local é pouco incentivada pela esfera municipal e o desenvolvimento da atividade restringe-se a quem possui mais recurso para investir, independente de pertencer à população local. Dessa maneira, a consulta a população residente e aos agentes públicos sobre a temática, apresenta-se como método para avaliar e confrontar questões sobre a realidade local.

A presente investigação surge da necessidade de avaliar de perto os resultados da efetivação dos programas direcionados ao crescimento da atividade turística, os quais foram implantados a partir do planejamento governamental, enquanto possibilidade de desenvolvimento socioeconômico local.

INSTRUMENTOS E METODOLOGIA

Na busca por atender aos objetivos definidos na presente pesquisa, foi proposta a subdivisão para o desenvolvimento da investigação em duas etapas. Na etapa 1 realizou-se as seguintes atividades: a) levantamento bibliográfico, através de consulta a livros e publicações especializadas, sobre a concepção de políticas públicas e turismo; b) caracterização espacial do Recôncavo e da cidade de Cachoeira; c) pesquisa documental, para identificar os programas e ações destinados ao município pertencente ao Território de Identidade Recôncavo.

Na etapa 2 desenvolveu-se pesquisa de campo, com a realização de observações diretas da área em estudo, registros fotográficos, entrevistas e aplicação de questionários, com roteiro previamente definido. Configurou-se em uma estratégia metodológica de cunho qualitativo e os resultados apresentaram-se enquanto complemento as abordagens teóricas.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Em 1940 ocorre um período de grandes transformações na hierarquia regional do Recôncavo: com a construção de rodovias a cidade de Cachoeira perde utilidade enquanto

cidade portuária. Com a reorganização de investimentos em torno da atividade petrolífera, entra em decadência, perdendo parte de sua população.

Com o novo formato regional da Bahia (27 Territórios de Identidade), Cachoeira insere-se no Território de Identidade Recôncavo. É neste contexto que se apresenta o Plano Plurianual (PPA), uma política federal voltada ao estímulo da descentralização através da regionalização, busca políticas públicas que fortaleçam as infraestruturas econômica, social e urbana, suas diretrizes estratégicas subdividem-se em programas.

O marco regulatório do PPA é a Constituição Federal (1988), onde o art. 165 define que “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (CF/88, § 1º). O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento governamental importante para compreender o modelo de gestão empreendido. A escolha do PPA (2008-2011) se deu mediante a necessidade de avaliação das ações recentemente implantadas.

Os programas direcionados aos Territórios de Identidade configuram-se em políticas territoriais com caráter singular, concernente, pelo menos em termos normativos, à identidade local. O Plano Plurianual prever ações descentralizadas, portanto configura-se como um conjunto de políticas públicas que teoricamente é capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e promover inclusão social de grande parte da população, daí a necessidade de estratégias que priorizem o aproveitamento das potencialidades socioculturais de cada território e de pesquisas que realizem tais diagnósticos.

Na primeira metade do século XX, com a perda da importância econômica de seu espaço histórico e cultural, o Recôncavo passa a ser pautado no modelo de intervenção do Estado. Apresentam-se para o desenvolvimento do Recôncavo, produtos turísticos baseados na economia da cultura. Neste contexto, dinamizar o Recôncavo pela via do turismo apresentou-se como fator estimulante ao desenvolvimento local, tendo como motivações para o consumo turístico, o patrimônio histórico e as manifestações socioculturais.

A definição da atividade turística como uma das prioridades para o desenvolvimento socioeconômico local ampara-se neste amplo patrimônio histórico cultural presente na cidade heróica de Cachoeira, de importância historiográfica no Recôncavo, apresentando-se como um espaço atrativo por seus aspectos socioculturais. Através de projetos e ações financiados pelo governo estadual, o tombamento federal do sítio urbano apresentou-se como uma alternativa viável para fortalecer o setor turístico, possibilitando maiores chances de desenvolvimento socioeconômico.

Em relação às políticas públicas desenvolvidas em Cachoeira, o destaque é voltado para a cultura, convém destacar a dependência do município quanto às políticas culturais apresentadas pelos governos federal e estadual. Na esfera municipal não há política cultural estruturada, segundo representante da Secretaria de Cultura e Turismo do município. O mesmo, informou que projetos para atender as demandas culturais encontram-se em fase de elaboração. Dessa forma, percebem-se apenas iniciativas ainda incipientes.

Mediante as esferas governamentais, no nível federal e estadual, foram implementados na cidade de Cachoeira os seguintes programas destinados a alavancar o setor turístico: o Programa Monumenta (Governo Federal) e o Programa de Turismo Étnico-Afro (parceria entre Governo Federal e Governo Estadual), que atrelados a implantação do Campus da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) em 2007, apresentaram nova dinâmica ao espaço urbano da cidade.

O Programa Monumenta configura-se em política pública de desenvolvimento com participação ativa do governo federal. É um programa do Ministério da Cultura que visa à recuperação e preservação do patrimônio urbano em cidades históricas. Com o intuito de

fiscalizar a efetivação de tal programa localiza-se na cidade de cachoeira um escritório do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

De acordo com a coordenação do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural) no município, o Programa Monumenta beneficiou agentes econômicos privados, e grande parcela da população foi favorecida com a abertura de alguns postos de emprego, destacadamente nos setores de comércio e serviços. A atuação do Programa no sítio urbano do município efetivou-se mediante ações de restauração do patrimônio urbano da cidade (imóveis públicos e privados).

No que se refere ao turismo étnico, segmentação turística direcionada aos afrodescendentes e foco da diretriz estratégia “Fortalecer as identidades culturais nos territórios, acolhendo as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo de bens culturais”, integrante do PPA (2008-2011), a Festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte consiste no atrativo turístico mais representativo, direcionado principalmente a comunidade internacional.

Uma vez que apresenta poucos momentos de considerável frequência turística, convém ressaltar que um fato recorrente observado durante a etapa de campo, é que a etnicidade suplantou os demais símbolos culturais da cidade de Cachoeira. Este detalhe remete à necessidade de equilíbrio na turistificação de bens materiais e imateriais e, salienta-se que o patrimônio material e imaterial deve ser articulado aos serviços de entretenimento, resultando em melhor atratividade dos serviços turísticos.

A construção de infraestruturas para atender as novas funções e serviços oferecidos pela cidade beneficia a população local com o melhoramento da infraestrutura básica. Por exemplo, a implantação da rede de saneamento básico do município via repasses do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especificamente para Cidades Históricas, que possui por objetivo a implementação de obras públicas, “considerando a dinâmica urbana no seu todo”, tal como consta no site do IPHAN.

A atividade turística possibilita a dinamização do setor de comércio e serviços, beneficiando a economia receptora. Nesta perspectiva, as atividades desenvolvidas por tal setor, diretamente articuladas à atividade turística são consubstanciadas enquanto processos sociais que contribuem na produção do espaço urbano, possibilitando a inicialização da dinâmica na rede urbana do Recôncavo, mesmo que de forma embrionária. Entretanto, para a efetivação das funções urbanas atreladas ao setor turístico faz-se necessário a participação efetiva das esferas governamentais, uma vez que “os efeitos da ação do governo alastram-se por todo o processo econômico” (MORAES, 2012, p.32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação apresenta-se concluída, convém ressaltar que atendeu ao seu objetivo maior: Analisar as políticas públicas previstas no PPA (2008-2011) direcionadas ao desenvolvimento do turismo na cidade de Cachoeira – Bahia. Quanto à contribuição dos programas efetivados para o desenvolvimento socioeconômico do município, destacam-se as seguintes questões: a) a atividade turística concentra-se no centro da cidade, denominado centro histórico; b) alguns moradores são beneficiados através de empregos gerados no setor de comércio e serviços; c) a população local critica a esfera municipal quanto o incipiente estímulo ao envolvimento da população residente com o setor turístico.

Quanto a esta última questão, um exemplo é a necessidade de um equipamento público direcionado aos artesãos locais, o que se consolidaria como um espaço a ser visitado pelos turistas, gerando emprego e renda. A partir de tal ação, possivelmente, seria ampliado o número de beneficiados no setor turístico, não estando mais restrito aos tradicionais comerciantes, donos dos restaurantes e das pousadas.

REFERÊNCIAS

Constituição Federal. **Seção II DOS ORÇAMENTOS, art. 165.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 13.03.2013.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, n° 21 – JUN de 2000.

MORAES, Vinicius Barbosa de; PORTO, Leonardo Rodrigues; BRITO, Gabriele Santos. **A contribuição do planejamento econômico para o desenvolvimento do estado da Bahia: análise do plano plurianual 2008-2011** Conj. & Planej., Salvador, n. 174, p. 30-41, jan./mar., 2012.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Dinâmica espacial e gestão urbana em Cachoeira pós-tombamento.** Disponível em http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo3/3b.pdf Acesso em 22.01.2013

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Políticas Culturais no município de Cachoeira – BA: avanços e desarticulações.** V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – Bahia.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo.** In: BRANDÃO, M. A., *Recôncavo da Bahia*, pp. 61-100.

PPA Participativo 2008-2011. Disponível em http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte08-10-2008_163525.pdf Acesso em 06.01.2013